

Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?

Two decades of urban occupations in Curitiba.
What are the housing options for poor workers?

Celene Tonella

Resumo

O artigo tem por objetivo revisitar a história de luta dos trabalhadores pobres por um lugar para morar na cidade de Curitiba, Paraná. A cidade conhecida propagandeada pelos órgãos oficiais como capital do primeiro mundo, capital ecológica, entre outros títulos, registra duas décadas de ocupações irregulares de terrenos para moradia. Os vigorosos movimentos por ocupação do espaço urbano eclodiram em vários pontos da cidade, entre 1988 e 1992, com destaque para as ocupações do Xapinhã e Ferroviária. A experiência vivenciada pelos trabalhadores pobres foi singular em cada localidade, no entanto, as lutas populares, questionaram a estrutura dominante e articularam setores sociais heterogêneos. Longe de o poder público conseguir sanar o déficit habitacional para a população pobre, a partir de 2006, Curitiba sofreu nova onda de ocupações de terrenos urbanos. A primeira década do século XXI está se encerrando com o assombroso número de 254 ocupações irregulares e 13 mil famílias vivendo em área de risco.

Palavras-chave: movimentos sociais; ocupações urbanas; trabalhadores.

Abstract

In this article, the goal is to revisit the history of poor workers' fight for a place to live in the city of Curitiba, State of Paraná. The city, advertised by official bodies as a first world capital, ecological capital, among other titles, registers two decades of irregular occupations of land for housing. The vigorous movements aiming at urban space occupation exploded at various points of the city between 1988 and 1992, like Xapinhã and Ferroviária. The poor workers' experience was unique in each locality; however, these popular struggles questioned the dominant structure and articulated heterogeneous social sectors. As the public power could not solve the poor population's housing deficit, from 2006 onwards, Curitiba suffered a new wave of urban land occupations. The first decade of the 21st century is ending with the astonishing number of 254 irregular occupations and 13,000 families living in a risk area.

Keywords: social movements; urban occupations; workers.

Introdução

A proposta de investigar Curitiba remete quase que imediatamente a aspectos de seu planejamento urbano e a imagens criadas para ela, por força da eficiente ação política de um grupo que fez do *city marketing*, a cidade pensada como mercadoria, o grande aliado na projeção da cidade ao longo de décadas. Neste artigo olha-se a cidade a partir da periferia e da luta dos trabalhadores pobres pela conquista de um lugar para morar, diante de um planejamento urbano segregador, que conduz à concentração de terras urbanas.

Serão abordadas, na primeira parte do artigo, as mobilizações ocorridas na busca por um lugar para morar pelos trabalhadores pobres por iniciativa de múltiplos sujeitos, a partir de 1988. Na segunda parte trataremos de um período mais recente, com processos de ocupações irregulares na periferia, e a consequente reação de agentes públicos e privados, ocorridos a partir de 2006.

No ano de 1988, a periferia de Curitiba viu brotar, na calada da noite dos meses de temperatura mais quente, centenas de acampamentos em terrenos públicos e privados. Iniciou-se um vigoroso movimento popular pela conquista do espaço urbano. O ano de 1989 fechou com mais de 180 ocupações em terrenos públicos e quase 40 em terrenos particulares, num total de 10 mil famílias acampadas nessas áreas. O violento processo de segregação urbana, ancorado num padrão capitalista de desenvolvimento periférico (Kowarick, 1988), fez com que milhares de pessoas desencadeassem movimentos de luta pela conquista de um lugar para morar.

Em cada caso que compôs a matéria-prima dos movimentos por moradia, o desespero era sempre o mesmo: trabalhadores pobres da periferia da capital que estavam na fila da Companhia de Habitação (Cohab) havia muito tempo e que não conseguiam mais pagar aluguel ou já estavam morando de favor em casa de parentes. O drama individual pode ser monotonicamente multiplicado por milhares de famílias. O dado concreto da ausência de moradias para atender às camadas populares, somado ao entendimento por parte dos envolvidos nas lutas de que o acesso à moradia é um direito primordial, foi elaborado em nível mental e o resultado da equação foi o reconhecimento da justiça em ocupar os terrenos. Em outras palavras, ocorreu a releitura do direito liberal na perspectiva do movimento: o direito à moradia sobrepõe-se ao direito à propriedade.

Outra característica que marcou o movimento por ocupação coletiva de terras foi a capacidade que teve em produzir efeitos multiplicadores e difusores, quer por iniciativa direta das lideranças, quer como um exemplo a ser seguido. Parte dos integrantes dos órgãos do governo e da imprensa e vários políticos buscaram caracterizar as ocupações como fruto de oportunistas que criaram a "indústria das invasões"; mas o fato é que, a partir da primeira ocupação na região, em 1988, que passou a ser conhecida como Xapinhal, ocorreu em Curitiba um efeito "bola de neve" de ocupações de terrenos públicos e particulares que começaram a pipocar, de forma organizada ou de forma espontânea.

Na segunda parte do artigo, o enfoque recai na nova onda de ocupações ocorridas a partir de 2006 e intensificada nos anos seguintes. Foram realizados levantamentos de dado

em órgãos oficiais – Cohab-CT, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), Escritório Regional da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), consultas em documentos e matérias publicadas em jornais.

Constatou-se que, após duas décadas da explosão de ocupações irregulares na periferia curitibana, a falta de regulamentação e a ocorrência de novas ocupações permanecem como a realidade da população pobre, com agravantes que mesclam precariedade e violência policial. Segundo a ONG Terra de Direitos, um em cada cinco habitantes de Curitiba e Região Metropolitana moram em área de ocupação urbana. As ações e reações do movimento por moradia que nortearam as ocupações ocorreram em paralelo a ações governamentais de nível municipal e federal para viabilizar políticas públicas habitacionais como o PAC e o Programa Morar em Curitiba. Ao mesmo tempo, foram detectadas ações de segmentos sociais vinculados aos grandes proprietários de terrenos e do legislativo municipal no sentido de criminalizar o movimento por moradia.

O que querem os pobres, afinal?

O modelo brasileiro de urbanização, dotado de uma dinâmica excludente e segregadora, produz e reproduz as favelas e as chamadas "habitações subnormais" que abrigam aqueles que nem sequer tiveram acesso ao terreno periférico e/ou à casa própria. Essa dinâmica

estabelece uma relação direta entre o local de moradia e o tipo de habitação com a forma de integração das pessoas no mercado de trabalho. Há situações bastante diferenciadas.

A primeira delas é aquela do migrante recém-egresso do meio rural e que se dirige para a periferia dos municípios de porte médio em busca de formas alternativas de sobrevivência. Estes trabalhadores, expulsos de seu *habitat* ancestral, não possuem as ferramentas mentais¹ necessárias para sobreviver num espaço hostil. Nas palavras de Chauí (1986), os migrantes são submetidos à invalidação cultural pelo processo de trabalho, há uma desqualificação do conhecimento trazido do campo e das pequenas cidades. O equipamento social, na situação de cidadão, torna-se inútil e o migrante se vê forçado a adquirir novos. Num trabalho de 1976, Durhan discute que, para o trabalhador obter colocação no mercado de trabalho, ele precisa não só aprender novas técnicas como adquirir padrões culturais novos, que se manifestam por meio de novas normas de relações sociais e de valores.

Descontando-se a crescente dificuldade em se colocar no mercado formal de trabalho por conta da falta de empregos, o trabalhador migrante enfrenta adicionalmente o problema de ter o reconhecimento legal de sua condição. Isto é, à medida que o trabalho se organiza burocraticamente, exige-se do trabalhador uma qualificação mínima, ele necessita oferecer documentos para o empregador: carteira de identidade, carteira profissional, título de eleitor, certificado de reservista para os homens, etc. (Durhan, 1976). Diante de tamanhos esforços, a tendência generalizada é o subemprego e a marginalidade ocupacional: serventes

de pedreiro, "chapas" (carga e descarga de caminhões), catadores de entulhos e papéis, jardineiros e diaristas.

É uma população parcialmente descartável na dinâmica do mercado capitalista, são cidadãos de segunda categoria, uma população sobrando, gente que se tornou não empregável (Telles, 1998 apud Yasbek, 2001) ou parcialmente integrados a um mercado precarizado. Executam tarefas necessárias para a sociedade, mas não desfrutam a dignidade concedida pelo trabalho formal e são facilmente substituídos.

Castel (1999), ao analisar o processo de desfiliação social, isto é, o rompimento de vínculos sociais que garantem proteção e identidade aos sujeitos, aponta que, na sociedade atual, o desemprego e a precarização do trabalho representam um "déficit de lugares" ocupacionais na estrutura social. Segundo o autor, com esse déficit de lugares surgem os "supranumerários", ou os "inúteis para o mundo", ou seja, o desempregado de longa duração, os "velhos" de 50 anos, os jovens em busca do primeiro emprego. Surgem duas categorias: os que nunca se incluíram e os que estão perdendo os direitos.² Para além dos extremos "jovens" e "velhos", a especificidade do caso brasileiro demonstra a existência de um ciclo perverso em que o empregado de hoje é um possível desempregado ou subempregado de amanhã.

Santos (1999), ao tratar da contratualidade moderna, aponta para sua crise marcada pela predominância dos processos de exclusão que faz com que aqueles formalmente cidadãos percam direitos antes mesmos de usufruí-los; "são de fato excluídos da sociedade civil

e lançados num estado da natureza", onde predomina "o caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou de convivência" (p. 97).

Um segundo fluxo ocorre quando trabalhadores se dirigiram à capital na expectativa de se integrar ao mercado formal de trabalho, já que as oportunidades apareciam como promissoras diante do *marketing* da boa qualidade de vida e da expectativa de abertura de novos postos de trabalho, materializados no novo parque automotivo da Região Metropolitana, ao final da década de 1990, viram suas expectativas desmoronarem por inúmeros fatores que serão apontados ao longo do artigo.

A essa população, relegada a uma existência de miséria, com seus reduzidos salários ou subempregos e sem uma política social eficiente por parte do poder público para suprir as mínimas carências, resta como alternativa habitacional a periferia dos assentamentos precários.³ De acordo com Vêras e Bonduki:

[...] conceitualmente, a habitação deve ser encarada no seu duplo aspecto: abrigo (teto, parede, piso) e como inserção no espaço urbano, e aí, com seus complementos de infraestrutura, transporte, equipamentos sociais, abastecimento, localização e paisagem. (1986, p. 40)

Ora, a habitação é mais que isso, confere estabilidade e segurança às famílias e se apresenta como um elemento de cidadania. A pessoa com moradia tem condições de melhor enfrentar os desafios colocados pela vida cotidiana: passa a comprovar endereço na procura por emprego, comprar a crédito e receber cartas.

Há que se apontar uma mudança nessa busca do lugar para morar. O processo de ocupação das periferias obedecia mais ou menos à mesma dinâmica: uma ocupação paulatina, silenciosa, as famílias iam chegando, vindas do campo, das cidades do interior e de bairros antigos mas periféricos. Kowarick e Bonduki usaram a expressão "*laissez-faire* urbano" para designar as políticas públicas em São Paulo no pré-1964. Elas se caracterizaram pela não intervenção no processo de fixação da população recém-egressa do campo, quando "levas populacionais se fixaram onde e como puderam no cenário metropolitano" (Kowarick e Bonduki, 1986, p. 133).

O que marcou os anos de 1980-1990, foi a luta coletiva pela posse da terra urbana através da organização que precede a ocupação, nos moldes do movimento rural. Até a década de 80, o primeiro passo dado pelas famílias mais carentes para o acesso à moradia era individual – comprar um lote a baixo custo (muitas vezes em loteamentos clandestinos ou construir um barraco em alguma área disponível). Como esses espaços começaram a ficar escassos, soluções coletivas começaram a ser pensadas.

Rolnik (1990) utiliza o conceito esgotamento do padrão periférico de crescimento, útil para esclarecer parte do processo de mobilização recente das camadas populares para ter acesso ao direito de moradia. O esgotamento do padrão periférico ocorre quando há uma diminuição relativa da oferta de lotes populares e de loteamentos clandestinos.

Primeira fase de ocupações: Xapinhall e Ferrovila

O período 1964-1982 foi marcado pelo planejamento tecnocrático, cuja principal característica era buscar implementar uma racionalidade ao espaço urbano. O modelo, que vinha desde o Plano Serete, concluído em 1965, era o de uma cidade que se expandiria linearmente, a partir do centro tradicional, pelas chamadas (vias) "estruturais". Essa concepção de planejamento sofreu uma interrupção em função das mudanças políticas que levaram à prefeitura, por duas gestões, membros do PMDB. Em 1982, o PMDB elegeu o governo do estado e o prefeito indicado foi Maurício Fruet. Em 1985, com o restabelecimento das eleições diretas para os prefeitos das capitais, Roberto Requião elegeu-se prefeito. Nesse período, houve um redirecionamento técnico e também político no traçado urbano. A análise técnica apontou que a cidade não se expandia de forma linear, mas pontual: havia o núcleo do Juvevê, do Portão, da Vila Hauer, do Bacacheri. A nova proposta recebeu o nome de Projeto Aldeamento e baseou-se num desenvolvimento plurilinear, que daria estímulo a centros de convivência no próprio bairro. Houve uma retomada do planejamento urbano nos moldes tecnocráticos com o retorno de Jaime Lerner à prefeitura, em 1988 (Tonella, 1997).

A luta pela regulamentação dos loteamentos clandestinos foi a primeira luta que marcou o cotidiano da população recém-

estabelecida na cidade, já na década de 1970. Num quadro de fragilidade dos diversos movimentos sociais, ganhavam destaque os movimentos reivindicatórios pela posse da terra, moradia, luz, água, saneamento. A partir de 1977, ocorreu a formação das primeiras associações de moradores em Curitiba: a primeira foi a de Vila Formosa, vindo em seguida as associações de Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz. Essas associações foram passos importantes dentro do movimento popular, pois, embora a mobilização não fosse intensa, seus estatutos serviram de base para as entidades posteriores, fundadas entre 1978 e 1979, basicamente, na região sul da cidade (Garcia, 1990). O povoamento desordenado da região sul, nas décadas de 1970 e 1980, fez crescer o número de loteamentos clandestinos, e a legalização de lotes continuou sendo a principal batalha do movimento popular durante anos. Muitos moradores de bairros periféricos levaram décadas para conseguir a legalização do lote.

Em 1980, houve um salto organizacional importante: as primeiras associações de moradores decidiram levar uma luta conjunta e fundaram o Conselho de Representantes, cuja primeira comissão executiva foi formada pelo presidente de cada associação de moradores mais dois representantes de cada uma. Essa iniciativa resultou, em 13 de julho de 1980, na organização do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, com 35 associações presentes. Em 1982, surgiram duas entidades ligadas à luta por moradia: a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e o

Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Em 1983, ocorreu o II Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, que contou com a participação de 79 associações de moradores (ibid.).

No que diz respeito, especificamente, à questão do déficit de moradias, soluções não surgiram em nenhuma das administrações do período. Ao analisar os dados fornecidos pela Cohab-CT, constatou-se que os números eram pouco animadores. No longo período compreendido entre os anos de 1967 e 1988, detecta-se uma média anual de apenas 1.833 unidades entregues, entre casas, lotes e apartamentos. Isso significa, concretamente, que, muito embora posturas diferenciadas tenham sido tomadas ante a questão do planejamento urbano, nenhuma das propostas logrou resolver o déficit habitacional.

A Cohab de Curitiba apontava, em 1989, a existência de 40 mil famílias cadastradas, com renda abaixo de 3 salários mínimos, à espera de financiamento para moradia. Não havia qualquer perspectiva de atendimento das demandas por conta de uma política nacional de habitação e, pelo contrário, não havia qualquer linha de crédito para o financiamento de habitações populares. Ao mesmo tempo, o espaço urbano estava intercalado por grandes estoques de terrenos desocupados ou com potencial construtivo ocioso. Registrava-se uma grande oferta de lotes urbanizados, valorizados por sua localização (como na ZR-2), mas com preços de mercado inacessíveis para a população de baixo poder aquisitivo (Tonella, 1997).

O início das ocupações: Xapinhal e Ferrovila

O movimento popular, ante o quadro exposto para o setor, começou a se organizar ainda durante a gestão de Roberto Requião e a elaborar propostas concretas. Ao mesmo tempo, surgiu, em todo o território nacional, a bandeira pela reforma urbana, motivada, basicamente, pela articulação popular em torno da apresentação de emendas populares para a Assembleia Nacional Constituinte, mas todas as condições objetivas estavam presentes para os acontecimentos que se seguiram, a partir de 1988.

Nesse ano, ocorreu a ocupação da área conhecida por Xapinhal, fruto de um trabalho organizado por 16 entidades comunitárias dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão. O movimento levou dois anos para se concretizar; teve início em 1986, e seu objetivo central era resolver o problema de moradia para a população desses bairros. Numa região repleta de espaços vazios (citam-se a cifra de 400 alqueires ou 1.000 hectares), a população estava vivendo no que se pode considerar uma nova modalidade de moradia, fruto do desespero: os cortiços da periferia.

O momento da conjuntura política e econômica nacional era o do início dos planos econômicos. O Plano Cruzado, criado em fevereiro de 1986, começou a desmoronar no final desse mesmo ano e início de 1987: os preços, inclusive dos aluguéis, descongelaram e os salários não acompanharam o ritmo, sofrendo perdas. Em junho de 1987, foi substituído pelo chamado Plano Bresser, que registrou uma inflação inicial de 3,05% em julho de 1987, mas

terminou, em janeiro de 1989, com a inflação na casa de 37% (Amorim, 1994)⁴.

Diante desse quadro de desesperança, em 1988, ocorreu a primeira ocupação numa área particular, denominada Sítio Cercado. Nessa ocupação, os números finais apontaram a participação de 16 associações de moradores, 3.200 famílias e mais de 10 mil pessoas. Os organizadores do movimento sabiam que era muito difícil permanecer naquele terreno particular, o objetivo principal era interagir com o poder público, isto é, a intenção era pressionar o poder público para que apontasse alguma solução, como a realocação para outra área.

Todo o processo levou aproximadamente dois anos para se concretizar e, para viabilizá-lo, reuniões periódicas foram realizadas nas comunidades formadas a partir de um núcleo básico que se confunde com a Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica. Finalmente, optaram pela ocupação, numa madrugada de domingo, 9 de outubro de 1988, e cerca de 400 famílias de baixa renda ocuparam a área particular escolhida, na região do Boqueirão. A estratégia de ação adotada pelo movimento, de ocupar a área sem prévia divulgação e na madrugada de um final de semana prolongado (10 de outubro era feriado), impediu que medidas policiais fossem tomadas no sentido de expulsar os ocupantes com base no flagrante, que se justifica até 24 horas após o fato ocorrido. Assim, *ninguém deveria saber o local... só mesmo a coordenação do movimento pela moradia*.

Nos dias posteriores a 9 de outubro, a imprensa não pôde compreender, ou não quis compreender, a dinâmica da ocupação. Os jornais registravam apenas que, a cada noite,

umentava o número de famílias. Por exemplo, no dia 12 de outubro foi noticiada a presença de 600 famílias. O afluxo de famílias para a área atingiu uma dimensão tal que extrapolou em muito as expectativas daqueles que se prepararam longamente para o acontecimento. No total, foram oito levadas de ocupação, chegando a ocupar a totalidade da área de 441.000 m².

Após a perda de controle de entrada das famílias, começou um processo interno de organização. Dez dias depois, o acampamento contava com mais de 10 mil pessoas divididas em oito grupos. Dos oito grupos formados, cada um tinha de 100 a 380 famílias e cada grupo elegeu um coordenador para cada vinte famílias. O grupo manteve um escritório para centralizar as informações e, para evitar o "inchamento" interno de cada grupo, foi feito um cadastramento com a relação de todos os componentes.

A prática da democracia interna foi outro fator importante para a coesão dos acampados. Dos oito grupos resultou a Coordenação Geral do Acampamento do Xapinhal, com 54 membros. As decisões mais importantes eram tomadas em Assembleia Geral pela maioria dos acampados. A partir desse momento de luta foi criada a Associação Nossa Senhora da Luta.

O processo de negociação para a tentativa de retirada dos ocupantes da área teve início dois dias depois, com reuniões marcadas na Cohab, Prefeitura e com o governo do estado. Uma delas ocorreu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social entre dois proprietários e os advogados dos ocupantes. No início, não se sabia ao certo o número de proprietários da vasta área, a imprensa falou em nove e, mais tarde, confirmou-se o número de 15.

No dia 24 de outubro de 1988, o prefeito Roberto Requião, do PMDB, deu ordem para que se evitasse, a qualquer custo, o despejo das famílias que ocuparam o terreno e que a diretoria de Alternativas Habitacionais da Secretaria de Desenvolvimento Social fizesse jus ao nome, ou seja, estudasse alternativas à situação (Tonella, 1997)

Em reunião na Secretaria, com a presença de representantes dos ocupantes, dos 15 proprietários, da prefeitura e de líderes de partidos na Câmara de Vereadores, ficou acertado um período de 12 dias para se achar uma solução para os acampados. As soluções, no momento, passavam pela possibilidade de transferência das famílias para outros terrenos da Cohab, pela desapropriação, com ressarcimento, da área ocupada, ou ainda a compra direta pelos próprios ocupantes, desde que fosse viável ao seu baixo padrão de vida.

Ocupações posteriores ocorreram próximas à ocupação do Xapinhal: Jardim Natal, em dezembro de 1990, envolvendo 540 famílias; Jardim Cristo Rei, em 25 de novembro de 1990, envolvendo um número aproximado de 490 famílias. Em 23 de agosto de 1991, ocorreu a ocupação da Vila Osternak por cerca de 400 famílias. O episódio ficou conhecido como o da II Ocupação do Xapinhal, pois foi organizado pela Associação do Xapinhal (Tonella, 2005).

Outro movimento de grande envergadura foi a ocupação da Ferrovila, em setembro de 1991. Ele também imprimiu mudanças definitivas no cenário urbanístico curitibano. No início de 1991, o movimento popular tomou a decisão de cobrar a promessa feita em campanha de um lote para cada família, dessa vez coordenado pela entidade denominada União Geral dos Bairros.

Foi no bojo de toda a agitação de cobrança das promessas de campanha que as entidades congregadas em torno da União Geral dos Bairros começaram a voltar os olhos para o espaço da Ferrovia, terreno localizado na parte sul da cidade, que pertencia à Rede Ferroviária Federal, que, por sua vez, o repassou à prefeitura na época da gestão de Roberto Requião. Esse espaço foi fruto de cuidadoso planejamento por parte do IPPUC no sentido de transformá-lo em área habitacional. O projeto inicial recebeu o nome de Moradias Eixo da Rede. Até 1991, o espaço estava quase que completamente abandonado, mas a Cohab estava iniciando um programa de habitação envolvendo as empresas localizadas no eixo da rede, que consistia em "repassar, praticamente a preço zero, terrenos para as empresas construírem apartamentos para revender a seus funcionários" (depoimento). A primeira empresa a aceitar o negócio foi o Banco Bamerindus, que construiu quatro conjuntos de apartamentos e, na época da ocupação, duzentas unidades já haviam sido entregues aos seus funcionários, duzentas outras estavam em negociação; e, ainda, a empresa Ico Comercial já havia pago pela fração do terreno que seria por ela financiado. A ocupação ocorreu no feriado de 7 de Setembro e os jornais tiveram conhecimento em seguida: "Invasão. 3.500 famílias ocupam 5 áreas de Curitiba" (*O Estado do Paraná*, 8/9/91, p. 16).

A ocupação adquiriu visibilidade e foi motivo de grande atenção por parte da imprensa, pois não foi concentrada num bairro periférico, a ponto de não incomodar o ritmo cotidiano da metrópole, pelo contrário, ela atravessou de forma longitudinal 14 Km de cidade, sem excluir bairros mais estruturados, como o caso do

bairro Portão. As autoridades, principalmente com o intuito de dar satisfação à opinião pública, viram-se obrigadas a reagir, nem que fosse em nível de discurso. O pedido de reintegração de posse foi feito pelos proprietários logo após a ocupação, em 10 de outubro de 1991, mas os esforços dos oficiais de justiça foram em vão. Em 12 dezembro, o juiz concedeu nova liminar, com reforço policial, e, também dessa vez, a expulsão não se efetivou.

As cidades, à medida que cresciam e atraíam pessoas de fora, foram criando mecanismos de exclusão social, diferentes a cada época, mas num *continuum* baseado na oposição cidade legal/cidade clandestina (Rolnik, 1990). No processo que teve como palco a cidade de Curitiba, a população pobre, que ficou à margem das benesses advindas com o crescimento planejado, colocou em xeque, no período de 1988-1992, ao mesmo tempo, o poder público, as elites econômicas, particularmente o setor formado por especuladores imobiliários, e a racionalidade técnica do planejamento, capitaneada por Lerner e os técnicos do IPPUC.

Contradições urbanas não explicam, por si só, questões específicas. Os movimentos surgiram porque catalisaram, de forma singular, experiências e carências cujo resultado final foi o conflito seguido de negociação. As ocupações provocaram impacto no traçado urbano curitibano e forçaram mudanças de atitudes por parte das autoridades no trato com a população organizada. Os episódios envolvendo, muitas vezes, milhares de pessoas, impediram a ação de forças repressivas. Ocupações de terrenos urbanos sempre ocorreram, a diferença está no tempo e na forma da ação. Essa afirmação é constatável pela grande mobilização da imprensa em torno dos acontecimentos e pela

rapidez das autoridades em tentar "solucionar o caso", ao menos em nível dos discursos.

Na busca de solução do problema de moradia, inúmeras forças agiram em concerto para fazer o movimento caminhar – partidos, igreja, associações. A partir do fortalecimento desses movimentos, foi inaugurado um novo patamar de negociações com os órgãos públicos. Um exemplo contundente dessa afirmação foi o avanço ocorrido em Curitiba no que diz respeito à participação das entidades representativas na elaboração de critérios para a inscrição na Cohab e na negociação e escolha de lotes por meio do Projeto Lote Povo. Conta, nessa relação, o nível de preparo dos componentes do movimento que, ao longo de diversas lutas, foram acumulando experiência em negociações com as autoridades e dominando o saber especializado no campo do urbanismo.

O perfil de renda familiar dessa população foi reunido por meio de levantamento efetuado pela Cohab-CT em período posterior, 1991, com dados mais minuciosos. A pesquisa abrangeu 900 famílias. No que diz respeito à renda familiar, o resultado foi a concentração de renda entre menos de um salário mínimo (6,3%), de um a dois salários (32,6%), de 2 a 3 salários (29,1%), e de 3 a 4 salários 14% (Cohab-CT, 1991).

Finalmente, eis alguns dados que valem a pena registrar para se aquilatarm as expectativas das pessoas acampadas em relação à cidade. A maioria, 541 famílias, ou 60,11%, residia em Curitiba havia mais de 4 anos e menos de 5, 37,42% estavam há menos de 4 anos e apenas 2,47% estavam há mais de 5 anos. Quando arguidas sobre as motivações que as fizeram optar pela imigração, responderam: a procura do emprego ou a busca de melhores

condições de vida. As respostas se equivalem e totalizam 88,1%.

Forçada pelas circunstâncias, a Prefeitura Municipal de Curitiba, no mês de setembro de 1991, o mesmo da ocupação da Ferrovia, lançou o projeto do Bairro Novo, que previa a construção imediata de milhares de residências populares. A manchete do jornal dizia: "Lerner desapropria uma área para atender 30 mil famílias carentes". O prefeito assinou o Decreto Municipal n. 536, pelo qual desapropriou uma área como sendo de interesse social na região sul, no Boqueirão. Ele negociou os terrenos com 25 grandes proprietários, avaliados à época em Cr\$300 milhões (*Gazeta do Povo*, 25/9/91). O projeto pretendia atender a 10 mil famílias imediatamente. Falar no atendimento a 30 mil famílias significava resolver o problema de habitação em Curitiba, se efetivamente concretizado, já que as ocupações anteriores envolveram um número aproximado de 15 mil famílias. A soma resultava exatamente no número de famílias que estava à espera de lotes da Cohab. A promessa e o início de obras arrefeceu um pouco o processo de ocupação desencadeado, mas não bastou para eliminar o problema fundiário na capital do estado. Ocupações continuaram a ocorrer.

Em 8 de janeiro de 1993, foi instalada, na Câmara Municipal de Curitiba, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os responsáveis pelas "invasões" de terrenos em Curitiba e região metropolitana – CPI das Invasões –, mas o ponto nodal continuava a ser o caso Ferrovia. A polêmica girava em torno de quais pessoas eram as responsáveis pela ocupação da Ferrovia. Vereadores ligados ao Partido dos Trabalhadores e ao PMDB, juntamente com o presidente da União Geral

dos Bairros, foram acusados de serem os mentores intelectuais do episódio.

Só foi possível compreender os acontecimentos que envolveram a CPI pelos jornais e por meio de depoimentos, pois, segundo o presidente da Comissão, o então vereador Mauro Moraes, o relatório havia desaparecido. O episódio não eliminou a questão e, em 5 de outubro de 1993, foi proposto um Pacto de Cooperação Social a partir desta mesma CPI:

[...] esta Comissão concluiu pela importância de apresentar à sociedade curitibana um Pacto compromissório entre várias forças sociais de nossa sociedade local, com vistas ao encaminhamento de soluções concretas ao problema de moradia (Câmara Municipal de Curitiba, s/d).

Segundo a minuta do Pacto, em sua cláusula primeira, participariam representantes das seguintes instituições: 1) Câmara Municipal de Curitiba; 2) Cohab-CT; 3) Líderes de Partidos Políticos; 4) Vereadores; 5) Associações de Moradores; 6) Federação da Associação de Moradores; 7) Representante da Associação dos Inscritos na Cohab; 8) Centrais Sindicais; 9) Cúria Metropolitana; 10) Ordem dos Advogados do Brasil; 11) Polícia Militar do Paraná; 12) Copel; 13) Sanepar.

Chama a atenção a ausência de representantes dos proprietários fundiários. Pode-se especular que os proponentes do pacto consideravam que qualquer solução que cessasse as ocupações beneficiaria imediatamente os proprietários. De qualquer forma, a proposta não se concretizou nesses termos e como queria o presidente da Comissão. Representantes do Partido dos Trabalhadores e do movimento popular não quiseram assinar um pacto social,

o que consideravam uma armadilha. Todavia, por caminhos tortuosos, que passaram, inclusive, pelo providencial desaparecimento do relatório da CPI, a questão foi em parte resolvida.

A persistência das ocupações urbanas

O ano de 2008 fechou com a ação violenta de reintegração de posse no bairro do Campo Comprido. Em 24 de outubro foram desalojadas 1.500 famílias (cerca de 6 mil pessoas) que ocuparam a área em setembro do mesmo ano, terreno de propriedade particular da Varuna Empreendimentos Imobiliários (Végas, 2008). A força policial mobilizada para a situação se mostrou extremamente desproporcional. Segundo a imprensa, mil integrantes da tropa de choque, da cavalaria e do 13º. Batalhão da Polícia Militar (PM) estiveram na ação e usaram bombas de efeito moral e balas de borracha.

Os moradores montaram barricadas e colocaram fogo em pneus para evitar a desocupação. A ação violenta da força policial e o resultado de 3 pessoas feridas, inclusive um profissional da imprensa, e o afastamento do coronel da polícia militar contribuíram para publicizar o que seria a ponta do iceberg do conflito fundiário em Curitiba. Tal afirmação é validada pela fala do Secretário de Segurança Pública do governo Requião:

[...] a conduta da polícia foi inadmissível e injustificável. Nos seis anos que estou como secretário de segurança já foram realizadas 230 reintegrações de posse e nenhuma delas foi tão violenta como a última. (Végas, 2008, p. 1)

O próprio secretário não descartou a violência usada, já que afirmou que as outras reintegrações de posse “não foram tão violentas” (ibid.). O local palco dos acontecimentos carrega um histórico de disputa pelo espaço urbano. Campo Comprido já fora local de ocupação em 1993, com 586 moradias instaladas em área irregular.

Em agosto de 2007, ocorreu outra ação de despejo em um terreno de 220 m², localizada na Vila Osternack, no bairro Sítio Cercado. A ocupação ocorreu para a construção da sede da Associação dos Moradores do Sambaqui. A desocupação envolveu ação violenta por parte da Guarda Municipal. A ONG Terra de Direitos e a União Nacional por Moradia Popular encaminharam uma denúncia contra a Prefeitura de Curitiba para a Organização das Nações Unidas (ONU), por violação dos direitos humanos.

São exemplos que, somados aos dados listados abaixo, contribuem para compor um quadro de extrema precariedade e urgência na implementação de política habitacional em Curitiba.

Segundo dados atualizados pela Cohab-CT, Curitiba conta com 302 ocupações irregulares.⁵ Os dados acima apontam o crescente número de famílias morando em locais inadequados, sendo que 13 mil vivendo em área de risco. Somem aos dados os 87 loteamentos clandestinos e 56 áreas do Prolocar (programa de assentamento executado pela Prefeitura em meados da década de 1980, onde as famílias permanecem com um documento precário). O número de pessoas nas 397 áreas levantadas é de 241.014 ou 13,4% de um total de 1.797.408 (estimativa de 2007) da população de Curitiba.

Quadro 1 – Ocupações irregulares em Curitiba por ano, domicílios e número de habitantes

Anos	Domicílios	Habitantes
1996	32.094	129.212
2000	37.483	144.432
2001	38.808	148.140
2002	40.065	151.604
2003	41.337	155.126
2004	42.610	158.647
2005	43.882	162.169
2006	45.155	165.690
2007	46.428	169.174
2008	47.733	172.773
2009	55.460	207.652

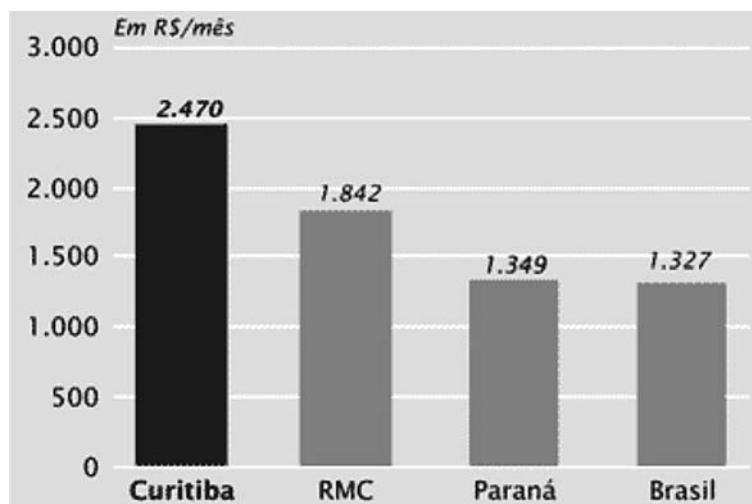
Dados de 1996-2000 são Censos Demográficos.
 Dados de 2001 a 2009 são estimativas.
 Fonte: IPPUC (www.ippuc.org.br).

A lista de inscritos na Cohab-CT é de 60 mil famílias à espera de moradia. Até mesmo esse direito de se inscrever como postulante a uma moradia por meio dos programas governamentais é retirado de parte dos trabalhadores, desses desfiliaados sociais, nos termos de Castel. Segundo a coordenação do Movimento Nacional da União por Moradia Popular, “muita gente não consegue se inscrever na fila da COHAB porque não atinge a renda mínima necessária” (Wroniski, 2008). Segundo informações de técnicos da Cohab-CT, o tempo de espera na fila varia e as famílias com renda entre três e seis salários são atendidas mais rapidamente porque há programas habitacionais existentes para esse perfil de renda, o custo da

moradia seria em torno de 40 mil reais, o que tornaria inviável o pagamento, sem subsídios, para a população na faixa de zero a três salários-mínimos.⁶

Trata-se de um constrangimento que perpassa toda a política habitacional brasileira e que limita as iniciativas do Ministério das Cidades. O agente e principal operador dos recursos do FGTS, a Caixa Econômica Federal, é subordinada ao Ministério da Fazenda e age como um banco que é (Bonduki, 2008). Os programas habitacionais estão disponíveis desde que o interessado possa comprovar renda e, mesmo que o postulante tenha condições de comprovação de renda, não há programas que atendam a faixa até três salários.

Gráfico 1 – Renda Média dos Responsáveis por Domicílios em Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 2007

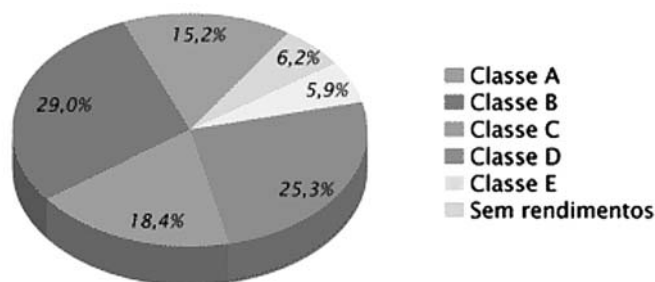


Fonte: IBGE/Censo Demográfico – 2000.

Curitiba se destaca em termos de renda média se comparada à renda de sua Região Metropolitana e com o Brasil, conforme Gráfico 1. A média elevada não significa a inexistência de bolsões de pobreza. Em relação à distribuição de renda segundo as classes sociais, observa-se que 15,2% corresponde à classe A; 29% à classe B; 18,4%, à classe C,

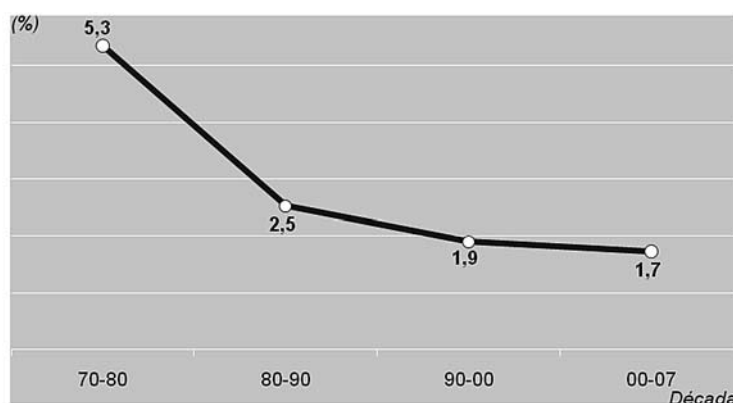
25,3%, à classe D, 5,94% pertence à classe E e 6,2% aparece sem rendimentos. Os números estabelecem um paralelo entre a renda e os habitantes de moradias precárias: a estimativa é de 13,4% da população morando em área com algum problema e, a soma das classes E com os "sem rendimentos", a percentagem de 12,1% aproxima-se desse número.

Gráfico 2 – Estimativa da distribuição de renda, por classes, em Curitiba



Fontes: IBGE/Censo Demográfico - 2000; IPPUC.

Gráfico 3 – Taxa média anual de crescimento populacional – 1970 a 2007



Fonte: IBGE, 2007.

Elaboração: Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A./Informações Socioeconômicas
www.agencia.curitiba.gov.br

Curitiba é hoje a sétima cidade mais populosa do Brasil, com crescimento de 1,7% entre 2007 e 2008, o que soma, em um ano, mais 30 mil pessoas, ainda que esteja ocorrendo um decréscimo nas taxas de crescimento, conforme o Gráfico 3. Há uma dinâmica local que não está separada da dinâmica metropolitana, que, por sua vez, aproxima-se de outras regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Recife. Essas nove regiões do Brasil têm uma dura realidade em comum: crescimento desordenado, violência, bolsões de extrema pobreza e desemprego. Ribeiro aponta para a situação de ingovernabilidade das metrópoles brasileiras, pautada nos itens referentes: a) ao tamanho e complexidade dos problemas; b) do quadro de fragmentação institucional e desinteresse político e c) a inexistência de valores que impulsionem ações coletivas (2004). Mas o que atrai enormes contingentes populacionais para esses polos? O desenvolvimento industrial e o avanço tecnológico dos meios de transporte e das comunicações são alguns dos motivos.

Esse é o lado perverso do modelo do *city marketing* adotado globalmente. Segundo Sanchez, a partir dos anos 1990, as cidades passaram a ser "vendidas" de modo semelhante e, sob a égide do poder político local, "perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la" (2001, p. 32).

Acoplada ao movimento de construção de uma imagem de cidade vendável, ocorreu outro movimento, por parte do governo estadual, mas voltado para a Região Metropolitana de Curitiba, formada por 25 municípios, com

uma população de 2,42 milhões de habitantes. A estratégia adotada ocorreu no sentido de consolidar uma economia competitiva. Grandes empresas do setor automobilístico, como Volvo, Renault, Peugeot e Audi, foram atraídas com incentivos fiscais para a região. A expectativa de oportunidades de emprego criadas pela instalação dessas indústrias atraiu milhares de pessoas, que acabam povoando a capital e as regiões próximas. A partir de 1996, o governo estadual passou a oferecer generosos incentivos fiscais para favorecer o deslocamento industrial. A definição para a instalação foram as cidades do entorno da capital. O Paraná passou a abrigar, em pouco tempo, um expressivo polo automobilístico, com as novas plantas da Volkswagen-Audi, da Renault e da Chrysler (Dulci, 2002). O governo do Paraná associou-se à Renault, em 1996, responsabilizando-se por 45% do total dos investimentos. O governo ofereceu a infraestrutura, além da malha rodoviária e ferroviária, aeroporto internacional e o Porto de Paranaguá. A cidade mercadoria funcionou novamente, entrou no pacote de atrativos a boa qualidade de vida e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Quando inaugurada, em 1998, gerou 2 mil empregos (Guedes e Faria, 2002).

A Chrysler inaugurou sua fábrica em julho de 1998, em Campo Largo, município da RMC. O governo ofereceu isenção de impostos e tarifas por dez anos, além de fornecer infraestrutura de acesso e recursos do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Econômico. A mídia local, segundo Guedes e Faria (ibid.) divulgou que o governo do estado investiu o dobro do valor do investido pela Chrysler. O argumento tão utilizado pelas autoridades de geração de postos de trabalho, 400 no total, pelo

montante, não justificava tal investimento. A imprensa, profeticamente, avaliou que, em vinte anos, a fábrica, obsoleta em termos tecnológicos, poderia ser fechada e que outro país anfitrião seria inevitavelmente selecionado para a nova planta. Muito antes do profetizado, em 2001, a Chrysler anunciou o fechamento da fábrica e assumiu débitos fiscais de aproximadamente 55 milhões de dólares (ibid.).

Coerente com a política de atração de indústrias do setor automobilístico e se colocando com um dos principais protagonistas da “guerra fiscal” do período, o governo do estado doou para a Audi, em 1997, um terreno, também na RMC. A fábrica foi inaugurada em 1999 e gerou cerca de 3,5 mil empregos diretos. Em 2001, anunciou o fechamento de seu terceiro turno e iniciou um programa de demissões voluntárias, que envolveu 605 empregados (ibid.).

A reflexão central em torno da opção de atrair indústrias para a RMC é que indústrias de alta tecnologia não trazem como principal vantagem a geração de emprego e não absorvem trabalhadores com baixa qualificação. Elevado número de trabalhadores e baixa qualificação são os dois elementos-chave a serem valorizados em uma situação em que os gestores investem em redução dos desequilíbrios sociais. Conforme aponta Bógus (s/d), citando Castel (1997) e Preteceille (1994), após a crise do fordismo, as novas formas de produção têm características excludentes e apresentam-se incapazes de gerar empregos que correspondam aos quesitos de qualidade e quantidade da força-de-trabalho: em países periféricos como o Brasil, com baixos índices de qualificação de mão-de-obra, tem emergido uma nova forma de exclusão que alija, definitivamente,

um grande contingente de pessoas dos setores hegemônicos da economia (Bógus, s/d, pp. 19-20).

O que querem os movimentos de luta por moradia?

Nos moldes do que ocorreu em 1992, a Câmara Municipal de Curitiba teve requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O vereador que encaminhou o pedido afirmou que “tem algo estranho por trás dessas invasões” e que “temos que pensar na segurança de quem vive nessas áreas. Geralmente há marginais que se infiltram neste meio”.⁷ Outro vereador ponderou que é fruto da “verdadeira situação de miséria por que passa a população brasileira (...) mas que, por vezes, tais ocupações têm outros interesse, o que precisa ser averiguado pela CPI”.⁸ Os elementos de criminalização da ação popular e de interesses não legítimos (entendam-se interesses de algum grupo político) estão presentes nas falas dos edis. São reações bastante recorrentes diante de tais fatos, e o movimento popular esboçou reações à atitude da Câmara de Vereadores.

Em março de 2007, um conjunto de entidades lançou em Curitiba o documento “Nota pública dos movimentos sociais pela moradia e contra a criminalização da luta pela moradia” (Conam, 2007). A nota manifesta preocupação a respeito de como a questão da moradia está sendo tratada pela imprensa e pela bancada governista da Câmara Municipal. O documento lista os pontos de reivindicações do movimento: 1) o fim dos despejos forçados;

2) o fim da criminalização dos movimentos sociais e das pessoas que necessitam de moradia; 3) assinatura do termo de compromisso “Curitiba Livre de Despejos” pela Prefeitura de Curitiba e Estado do Paraná, apresentada durante missão da Comissão de Especialistas sobre Despejos Forçados da AGFE/ONU; 4) políticas habitacionais inclusivas, para todos os níveis de renda e especialmente para população de renda entre 0 e 3 salários mínimos; 5) uma política de ocupação dos vazios urbanos de Curitiba destinados à especulação; 6) aplicação dos instrumentos jurídicos previstos no Plano Diretor de Curitiba como IPTU progressivo, regulamentação das Zonas de Interesse Social, regularização fundiária e urbanização de ocupações, com participação da sociedade; 7) a regulamentação do Conselho Municipal da Cidade de Curitiba e do Conselho Estadual das Cidades, nos termos da Lei Estadual 15.229/2006; 8) a implementação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; 9) a extinção imediata da “CPI das invasões”; 10) um debate sobre déficit público de moradias e ação especulativa do mercado imobiliário em Curitiba.

À diferença do período anterior, quando o movimento popular por moradia foi conduzido por entidades organizadas e de abrangência local, nessa nova fase, o movimento popular assume características, já apontadas por Lavalle, Castelo e Bichir, de ser conduzido pelas entidades articuladoras e movimentos sociais de caráter redistributivo. O autor trabalha com as continuidades e transformações ocorridas no campo dos movimentos sociais a partir dos anos de 1990. Defende que os movimentos sociais continuaram a ocupar palpável centralidade na ação coletiva, apesar de que

“novas lentes analíticas passaram a iluminar outro tipo de atores como alicerces da expansão democrática” (2004, p. 36). Apontam a emergência de entidades articuladoras, como ONGs e Redes e movimentos sociais de caráter mais amplo, com caráter redistributivo, pelo lado das transformações. No caso em tela, correspondem a entidades articuladoras a ONG Terra de Direitos, Ambiens Cooperativa, a Coordenação dos Movimentos Sociais do Paraná e a Marcha Mundial das Mulheres. Quanto a entidades de movimentos sociais de caráter redistributivo: Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), Central de Movimentos Populares (CNP) União Nacional de Moradia Popular (UNMP) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)

Se, de um lado, o legislativo municipal tende a criminalizar a luta por moradia, de outro, há uma conjuntura nacional que desenha uma política de habitação de interesse social. No plano institucional, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, significou mais um ganho para todos os segmentos envolvidos com as lutas urbanas, pois, pela primeira vez, tem-se uma proposta de integração de todas as políticas urbanas, apontando para a superação do recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes e mobilidade urbana para integrá-los, levando em consideração o uso e a ocupação do solo. A estrutura do Ministério das Cidades é apontada hoje como uma novidade, não só em território brasileiro mas em toda a América Latina. Sua importância aumenta quando se constata que, no passado recente, a marca da política urbana foi ausência de planejamento e desarticulação.

Conforme definia o texto base do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, para a II

Conferência das Cidades (2005), o momento é de construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A política pressupõe um entendimento do processo de urbanização brasileira permeado por distorções propícias a um modelo de acumulação capitalista centrada na desigualdade e que se transforma em mecanismos de espoliação urbana. Deverá, necessariamente, apresentar uma proposta de superação dos desequilíbrios em diferentes patamares e permitir o acesso à cidade, levando-se em conta as especificidades de gênero, raça, etnia e de classe. A eficácia da proposta somente terá sucesso se for tratada como uma proposição em diálogo com os movimentos sociais e a sociedade de maneira geral.

Um divisor de águas na luta por moradias de interesse social foi a aprovação, pelo Senado, em 2005, do Projeto de Lei 2.710/92, de iniciativa popular, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular. O projeto se transformou na Lei Federal 11.124/05, que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/ FNHIS) e seu Conselho Gestor, criando as condições legais e institucionais para a consolidação do setor habitacional como política de Estado. Esse projeto tramitou por 14 anos, mas, apesar da demora, significou uma vitória, pois, segundo Fleury (2006), vigorou

[...] o entendimento de que o projeto originado de iniciativa popular constituiria exceção ao princípio de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo o projeto sancionado pelo Presidente da República.

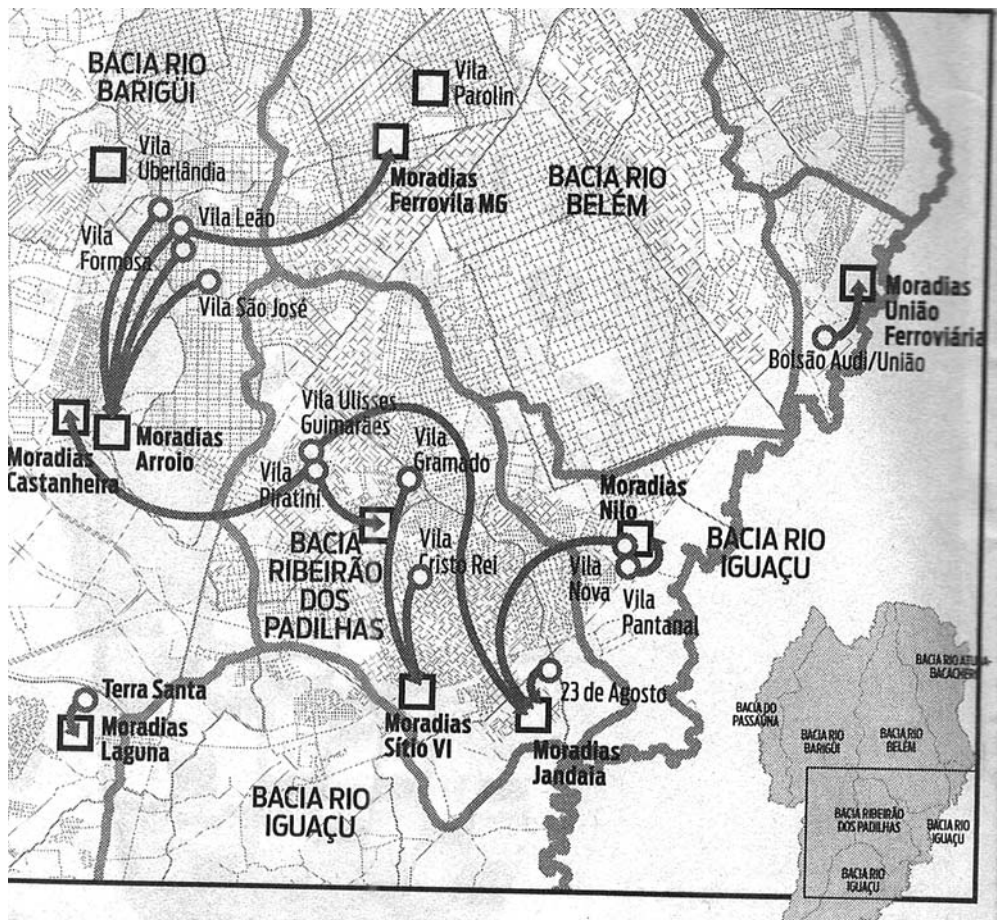
Já como resultado do novo sistema, a Secretaria Nacional de Habitação estruturou

o Plano Nacional da Habitação (Planhab). O Plano soma-se a um conjunto de ações e medidas de natureza institucional, econômica e jurídica que têm por objetivo dar corpo e consistência ao Sistema Nacional de Habitação. No ano de 2007, ocorreu a adesão de estados e municípios ao SNHIS. A adesão é condição necessária para o fortalecimento da nova organização institucional do setor, tendo como compromisso a elaboração de seus Planos de Habitação de Interesse Social, além da constituição do Fundo de Habitação de Interesse Social e seu Conselho Gestor.

A qualidade das moradias existentes para a população com essa faixa de renda apresenta inúmeras deficiências: algum tipo de carência de padrão construtivo, situação fundiária, acesso aos serviços e equipamentos urbanos, entre outros. A ausência de infraestrutura urbana e saneamento ambiental é o maior problema e envolve 10,2 milhões de moradias, ou seja, 32,1% do total de domicílios urbanos duráveis do país têm pelo menos uma carência de infraestrutura (água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica), sendo 60,3% nas faixas de renda de até 3 salários mínimos.

A implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no início de 2007, causou apreensão, já que foi uma iniciativa do executivo federal, mas pouco articulada aos planejamentos das pastas envolvidas. O Programa busca dinamizar a economia e pressupõe uma série de investimentos em infraestrutura (energia, rodovias, saneamento básico, habitação). Saneamento e habitação (urbanização de assentamentos precários) foram itens privilegiados, havendo rápida canalização de recursos para estados e municípios.

Mapa 1 – Bacias onde foram iniciadas obras do PAC



Fonte: Cohab-CT; *Gazeta do Povo*, de 15/6/08.

O Programa Morar em Curitiba – Plano de Pavimentação e Drenagem (de 31 de maio de 2009), com a relação de obras a serem executadas pela Cohab-CT, prevê atuação em 59 áreas irregulares da cidade e atendimento a 10.232 mil famílias. São recursos do município e do governo federal. As famílias morando em áreas de risco terão prioridade. Seis bacias hidrográficas serão alcançadas pelo programa: Rio Belém, Rio Iguazu, Rio Vila Formosa, Ribeirão dos Padilha, Rio Atuba e Rio Barigui.⁹

O levantamento citado teve como recorte as seis bacias hidrográficas que atravessam Curitiba. O número estimado de moradores nessas áreas de risco, próximas a rios e córregos, é de 50.574 pessoas. O mapa contém as áreas em que parte da população será realocada. A maioria dos moradores deve ficar no mesmo terreno, recebendo título de posse. Quem vive em área de risco será transferido para conjuntos habitacionais.

Considerações finais

O artigo apontou semelhanças na forma do tratamento da questão urbana em dois períodos distintos da trajetória curitibana, o período compreendido entre 1988 e 1992 e um mais recente, com processos ocorridos a partir de 2006.

A face mais conhecida de Curitiba, de uma metrópole com excelente qualidade de vida e com projetos urbanísticos arrojados, faz com que se diferencie positivamente em relação a outras metrópoles brasileiras. Entretanto, os aspectos aqui tratados, vinculados à precariedade habitacional dos trabalhadores po-

bres, aproxima-a dos números negativos que caracterizam a vida metropolitana brasileira.

Prover o item habitação social é função do poder público e este, em Curitiba, ao longo dos anos, foi incapaz de apresentar soluções eficazes ao movimento popular. Em 1992, diante da onda de ocupações, Lerner apresentou como solução o Bairro Novo, que pretendia zerar a fila daqueles que buscavam por moradia.

Quase duas décadas depois, o problema não foi solucionado, os dois momentos abordados, a primeira onda de ocupações entre 1988 e 1992 e aquelas ocorridas a partir de 2006, possuem componentes que se assemelham e persistem no tempo. Comparar momentos distintos cronologicamente contribui para um melhor entendimento da lógica a que está sujeita a questão urbana no Brasil.

Diante da ausência de políticas habitacionais eficazes para os trabalhadores pobres, notadamente daqueles que se encontram na faixa salarial entre zero e três salários mínimos, a opção foram as ocupações de terrenos urbanos. Elas ocorreram, em grande parte, apoiadas pelo movimento popular, seja por entidades de caráter mais local, como associações de moradores ou por aquelas entidades articuladoras, como ONGs e Redes e movimentos sociais de caráter mais amplo, com caráter redistributivo, como demonstrado.

Outro paralelo entre os dois períodos é a atitude por parte de alguns segmentos e, mais expressivamente, por parte de representantes da Câmara Municipal que persistem na criminalização dos trabalhadores pobres, ao instaurarem CPIs para o combate ao que denominam de “indústria de invasões”. Essa forma de olhar a movimentação das camadas populares não é privilégio das elites curitibanas. Ainda

que comparando períodos distintos, Ribeiro pondera:

[...] podemos identificar semelhanças entre a questão urbana nesta virada do milênio e a do início do período republicano. Hoje, como naquela época, com efeito, as elites olham assustadas a cidade e identificam na sua suposta desordem a causa dos seus problemas sociais. Ontem a crise sanitária era a consequência dessa desordem. Hoje é a violência. Nos dois momentos, a desordem emana dos espaços das camadas populares e de suas práticas. Ontem, os cortiços. Hoje, as favelas e as periferias pobres das metrópoles. (2004, p. 17)

O que se apresenta como novidade são as possibilidades de investimentos acelerados por programas governamentais de vulto como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida. No caso do PAC, boa parte dos recursos está destinada para obras de infraestrutura para a produção, no entanto, setores como saneamento e habitação também foram privilegiados e dirigidos para a urbanização de assentamentos precários. A expectativa é que ocorra uma mudança significativa no processo de produção de habitação social não apenas em Curitiba e Região Metropolitana, mas no país como um todo.

Celene Tonella

Cientista social. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil.
celenetonella@uol.com.br

Notas

- (1) Roger Chartier (1990) discute as concepções de utensilagem ou utensílios mentais. Similarmente, ferramentas mentais referem-se ao conjunto de instrumentos intelectuais – palavras, símbolos, conceitos, etc.
- (2) Há teóricos que entendem o conceito de exclusão social como inadequado, já que não aponta possibilidades de mudança, de mobilidade social. O sociólogo Robert Castel (1999), por exemplo, aponta como mais adequada a noção de “desfiliação social”. Essa percepção diz respeito a um processo que envolve indivíduos ativos e não a um lugar ocupado ou vazio na sociedade. Seu ponto de partida é a questão salarial, único meio pelo qual pode haver uma reversão no quadro de desfiliação a que um sujeito está submetido. Desfiliação não é necessariamente a ausência completa de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido.
- (3) Os assentamentos precários são setores censitários classificados originalmente pelo IBGE (2000) como setores especiais de aglomerados subnormais, um grupo constituído por um mínimo de 51 domicílios (barracos, casas) ocupando terra de propriedade de terceiros (públicas ou privadas), geralmente dispostas de maneira densa e desordenada e carentes de serviços de infraestrutura essenciais, também designados assentamentos informais, “favelas”, “mocambos”, “alagados”. As áreas tratadas neste trabalho não coincidem necessariamente com os setores censitários do IBGE, muitas ocupações surgiram após a realização do censo demográfico.

- (4) O artigo aponta para o período de 1981 a 1991, a ocorrência de: 8 programas de estabilização; 15 políticas salariais; 54 controles de preços; 18 políticas cambiais; 21 propostas de negociação da dívida externa; 11 índices diferentes de inflação; 5 congelamentos de preços e salários e 18 determinações para corte de gastos públicos.
- (5) A Região Metropolitana de Curitiba soma 800 ocupações irregulares.
- (6) Informações obtidas em novembro de 2009.
- (7) Afirmação do vereador Tico Kuzma (PPS). Documento Reservado, 2007.
- (8) Afirmação do vereador Valdemir Soares (PR). Documento Reservado, 2007.
- (9) Para a Urbanização das Bacias e Produção Habitacional consta em documento do PAC – Paraná, recursos no montante de 150.000 milhões (Brasil).

Referências

- AMORIM, M. S. de (1994). Tecnocracia: saber ou poder? *Tempo e Presença*, n. 274, ano 16, pp. 23-25.
- BOGUS, L. (s/d). *O perfil demográfico brasileiro: mitos e mudanças* (mimeo).
- BONDUKI, N. (2008). Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Arq.urb – Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, n. 1, disponível em <http://www.usjt.br/arq.urb/>. Acesso em 2/5/2009.
- BRASIL. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO – PAC PARANÁ. 7º. (2009). Balanço jan-ab. de 2009. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/relatorioPR_300709. Acesso em 19 de setembro de 2009.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (s.d.). *Pacto de Cooperação Social* (mimeo).
- CASTEL, R. (1997). “As armadilhas da exclusão”. In: BÓGUS, L. et al. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, Educ.
- _____ (1999). *A metamorfose da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- CHARTIER, R. (1990). *A história cultural. Entre práticas e representações*. São Paulo, Difel.
- CHAUÍ, M. (1986). *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT (1991). *Avaliação do processo de regularização fundiária do loteamento moradias do Xapinhal* (mimeo).
- _____ (2009). *Programa Morar em Curitiba – plano de pavimentação e drenagem*. Curitiba, Cohab-CT.
- CONAM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (2007). *Nota pública dos movimentos sociais pela moradia e contra a criminalização da luta pela moradia*. Curitiba, 14/3/2007. Disponível em www.conam.org.br/nota_repudio.pr.html. Acesso em 3/3/2008.

- CRIAÇÃO da CPI das Invasões esbarra no regimento interno (2007). Documento reservado, Curitiba, p. 6.
- DULCI, O. S. (2002). Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, n. 18, pp. 95-107.
- DURHAN, E. (1976). *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva.
- EMBATE na beira do rio e nas linhas férreas. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15/6/2008, pp. 14-15.
- FLEURY, S. (2006). "Iniciativa Popular". In: AVRITZER, L. e ANASTÁSIA, F. *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 94-98.
- GARCIA, M. D. (1990). *O MAB - Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e região metropolitana e a construção de uma nova prática política*. Dissertação de mestrado. Santa Catarina, Dep. de Sociologia Política - UFSC.
- GUEDES, A. L. e FARIA, A. (2002). Globalização e investimento direto estrangeiro: um estudo exploratório da indústria automotiva brasileira. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, pp. 55-69.
- IBGE (2000). *Resultados preliminares do Censo 2000*. IBGE.
- INVASÃO. 3.500 famílias ocupam 5 áreas de Curitiba. *O Estado do Paraná*, 8/9/1991, Curitiba, p. 16.
- KOWARICK, L. (org.) (1988). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KOWARICK, L. e BONDUKI, N. (1988). "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAVALLE, A. G., CASTELLO, G. e BICHIR, R. M. (2004). Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Revista Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 1, n. 5, pp. 35-54.
- LERNER desapropria uma área para atender 30 mil famílias carentes" (25/9/91) *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 3.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (2004). *Cadernos MCidades, n. 4 – Habitação*. Disponível em www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao. Acesso em 23/2/2009.
- _____. (2008). *Pacto Nacional pelo Saneamento Básico. Plano Nacional de Saneamento Básico (Plan-sab)*. Disponível em www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades. Acesso em: 23/2/2009.
- PRETECEILLE, E. (1994). "Cidades Globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2004). "A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Perseu Abramo; Rio de Janeiro, FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, pp. 17-40.
- ROLNIK, R. (1990). Morar, atuar e viver. *Teoria e Debate*, n. 9, pp. 98-119.
- SANCHEZ, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, n. 16, pp. 31-49.
- SANTOS, B. S. (1999). "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (org.). *Os sentidos da democracia: política do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes; Brasília, DF, NEDIC. pp. 83-129.

- TONELLA, C. (1997). *O urbanismo do desespero – um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná – 1985/9992*. Tese de Doutorado. Depto. de História. São Paulo, Unesp.
- _____(2005). O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992). *Diálogos*, Universidade Estadual de Maringá, v. 9, n. 3.
- VÉGAS, C. (2008), Delazari critica violência da Polícia Militar em desocupação. *Paraná Online, Cidades*, p. 1. Disponível em www.parana-online.com.br editoria cidades news. Acesso em 4/10/2009.
- VÉRAS, M. P. B. e BONDUKI, N. (1986) "Política habitacional e a luta pelo direito à habitação". In: COVRE, M. de L. M. *A cidadania que não temos*. São Paulo, Brasiliense, pp. 39-72.
- WRONISKI, E. (2008). Parte dos sem-teto ainda permanecem no local. *Paraná Online, Cidades*, p. 1. Disponível em www.parana-online.com.br editoria cidades news Acesso em 4/10/2009.
- YAZBEK, M. C. (2001). Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, São Paulo, v. 3, pp. 33-40.

Texto recebido em 10/nov/2009
Texto aprovado em 15/mar/2010